

Direitos humanos: utopia ou garantia?

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 traz em seu artigo primeiro a expressão de que todos têm direito à dignidade. Este é um conceito novo, diferente da Declaração oriunda da Revolução Francesa em 1791. A palavra dignidade pode parecer, à primeira vista, abstrata, vaga, genérica. No entanto, no pós-guerra o mundo se deu conta do horror dos massacres, dos ataques, dos milhões de mortos que eram dizimados como ratos pelas bombas lançadas pelos chamados "países civilizados". A dignidade humana foi ferida de morte, parecia não haver limite à barbárie em pleno século XX.

No bojo dessa Declaração, surgiu de forma clara o direito à dignidade no trabalho, nas relações cotidianas, na saúde, na educação, na proteção social. Essa Declaração partia do pressuposto de que todas as pessoas devem ter a mesma dignidade, seja oriundo de qualquer região, etnia ou raça, seja homem ou mulher, tenha qualquer idade. É pela dignidade que nos tornamos iguais, e não pelo nascimento ou pela morte.

Na área social, a dignidade se expressa pela garantia de uma vida digna, o que, por sua vez, se traduz em garantias de bem-estar social completo, como foi definida pela Organização Mundial da Saúde também no torvelinho da Segunda Guerra Mundial. Os seres humanos são dignos quando, em primeiro lugar, lhes seja garantida a vida, mas não qualquer vida, e sim a vida digna.

Esta vida digna implica proteção social, considerada direito na Declaração Universal, com responsabilidade do Estado, da sociedade e da família. O papel do Estado também foi estabelecido, diferentemente da Declaração de 1791, fundada na livre concorrência do mercado e no indivíduo soberano.

A proteção social da vida digna implica políticas sociais de saúde, educação, assistência, previdência, proteção no trabalho, direito à organização, à livre manifestação, à sindicalização para lutar por seus direitos. Sem isto não há garantias da dignidade, que não cai do céu ou das benesses do Estado, mas precisa ser garantida também pelo coletivo, pelas lutas sociais, pelos movimentos culturais. A dignidade é uma questão pública e pessoal ao mesmo tempo.

(*)Vicente Faleiros é bacharel em Direito e em Serviço Social, mestre em Sociologia pela École des Hautes Études em Science Sociales (EPHE), da França, doutor em Sociologia da Saúde pela Universidade de Montreal, do Canadá, e pós-doutor pela EPHE. Atua como pesquisador associado da UnB e é professor da Universidade Católica de Brasília. É autor de 25 livros e tem experiência na área de políticas públicas e sociais com ênfase nos temas: Criança e Adolescente, Assistência Social, Saúde Pública, Previdência, Regulação, Gerontologia e Violência.